

A Terra O Homem O Pão

I Congresso Português de Cultura Mediterrânica

(Terena, 24 a 27 de Março 2002)

Organização



Associação do Pão
(ALENTEJO)

Alto Patrocínio
Presidência da República Portuguesa

Actas

TURISMO, CAMPONESES E PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

*Cláudio Torres**

O turismo é hoje em todo o mundo uma das maiores, se não a maior, actividade empresarial, envolvendo nos seus negócios todo o género de estruturas económicas, industriais e culturais. É um fenómeno que, embora não seja uma novidade muito recente, teve uma difusão quase explosiva nos últimos vinte anos.

Não é de agora o conceito de viajar. Foi desta mobilidade, desta troca de experiências e de culturas que surgiram os contactos humanos fundamentais para a construção dos sistemas filosóficos e ideológicos que tentaram e tentam compreender o homem e explicar o mundo. Foi a olhar e a perceber o outro que se quebraram os muros erguidos em torno das primeiras comunidades humanas, sempre desconfiadas e fechadas sobre si próprias. Essa convivência entre povos começou com a troca de mercadorias, com o comércio, onde não podemos deixar de ver uma componente lúdica, uma postura que podemos hoje chamar turística, na sua valência cultural. O indivíduo, ao viajar para trocar ou vender mercadorias, já vê o outro não como estranho e inimigo, alguém a dominar ou a escravizar depois de vencido no campo de batalha, vê-o antes como cliente, com quem é obrigado a dialogar. E ao haver diálogo há contacto, há troca de ideias e de conhecimentos. É essa dinâmica do comércio que, potenciando o intercâmbio de artefactos, de técnicas e de ideias, permitiu generalizar um dos mais sólidos fundamentos do género humano que é sem dúvida a sua capacidade de adaptação e de miscigenação.

Daí a importância do turismo, visto não apenas como gestão hoteleira sol-e-praia, com a qual é demasiadas vezes confundido, mas, pelo contrário, como um fenómeno determinante na construção de uma sociedade mais igualitária e democrática. De um novo conceito de turismo e, de certa forma, respondendo à massificação e às pressões globalizantes, está a nascer uma nova postura que, assim o espero, poderá transformar definitivamente o futuro desta actividade - a descoberta recente dos espaços marginais, das micro-culturas, com o objectivo também de manter e salvaguardar as suas identidades. Com a procura, sempre renovada e

* *Director do Campo Arqueológico de Mértola*



interesseira de novos mercados, nasceu primeiro a curiosidade e a procura do que é diferente e ultimamente afirma-se a descoberta das valências culturais da região, do local.

Nos anos 60, algumas elites urbanas, enfasiadas das suites dos hotéis, começaram a sonhar com o exótico, lançando-se à procura de sítios estranhos, que nunca tinham sido tocados pela civilização, nem consumidos por outros olhares encandeados pelo néon citadino. Hoje esse olhar não esmoreceu. Continuam apelativos e rentáveis os programas de lazer em paraísos tropicais onde nos esperam sorridentes e submissos indígenas prontos para todo o serviço. E, no entanto, é sensível uma viragem e sobretudo uma nova postura do turista, uma outra forma de olhar contaminado por uma certa cultura antropológica. Com um renovado espírito de aventura, da mochila às costas, começa a fazer notar-se a procura do insólito ali mesmo ao lado, para lá do asfalto, num velho caminho abandonado, ou numa aldeia esquecida. Começa a notar-se como que uma introspecção, um esforço de aprendizagem na forma de olhar o que está mais perto. Descobre-se a novidade dentro de nós próprios. As zonas marginais do interior de um país esquecido, os seus habitantes, as minorias, os pequenos grupos excluídos do progresso, o que resta de diferente, de teimosia num mundo rural em acelerado abandono. Devido à litoralização do nosso país, em busca do progresso a qualquer preço, o mundo rural foi considerado degradante e votado ao abandono. O camponês, essa figura de cultura e saber milenar, construtor da civilização e da paisagem mediterrânica, hábil gestor da biodiversidade, passou a ser friamente catalogado pela Política Agrícola Comum ao lado do lince ibérico e, como ele, condenado à extinção.

Aparentemente toda a gente pensava conhecer o país. Vindo de Lisboa, já viajara ao Porto, e a Faro. Mas de repente avistam-se aqui e ali, pequenos recantos onde sobrevive a vida rural, vales insuspeitos onde ainda se trabalha a terra, pequenos e humildes lameiros onde se mantém o equilíbrio milenar entre a paisagem e o homem.

Hoje o interior do país não tem, não pode e não deve ter nenhum tipo de desenvolvimento industrializante como o que poluiu as periferias urbanas do século passado. Por inércia e esquecimento, passou ao lado da revolução industrial, que, em alguns locais, teve resultados devastadores no equilíbrio ecológico. O interior do país, apesar do abandono, ou devido a ele, acaba por beneficiar actualmente de sólidas referências culturais, onde naturalmente se destaca o património ambiental, edificado e arqueológico. A descoberta acidental de um artefacto, a curiosidade despertada pela simples valorização de uma ruína, a decapagem de uma

pintura mural, pode despoletar um movimento de identificação colectiva. Pode ser uma capela, um orago milagreiro, a condensar a alma adormecida de uma comunidade. Quase sempre, num processo de simbiose cultural, esses sentimentos identificadores transitam do objecto sagrado para o local. Seja a fonte de águas santas, seja o penedo das mouras mais ou menos encantadas, seja as pedras alçadas de uma anta, todos sofrem um processo de ressacralização que beneficia as referências culturais e portanto a sua ancoragem na memória do sítio.

Com uma pequena investigação, com um levantamento arqueológico, com a integração num circuito, começam, por vezes e quando menos se espera, a ser criadas algumas expectativas de enraizamento para a nova geração.

A maioria da população alentejana já partiu. A geração de 60 e 70 emigrou para a zona industrial de Lisboa onde muito poucos conseguiram melhorar a sua vida. Podem ter alcançado inicialmente uma maior capacidade de consumo que, no entanto, tem sido anulada pela crescente degradação que invadiu os dormitórios urbanos. Começa a fazer-se sentir, não apenas entre os reformados, uma espécie de sonho, de regresso às origens, mas também – e esse é o facto mais revelador – entre a segunda geração, para quem, muitas vezes, não se trata de um regresso mas de uma viagem definitiva às raízes do esquecimento.

Estes fenómenos estão relacionados com uma certa transformação da sociedade, com uma nova visão ecológica do mundo, ou de ecologia política, que pode ser – e vai ser com certeza – geradora de consequências imprevisíveis.

Aparentemente, este facto não está a passar despercebido às estruturas empresariais de turismo, sempre atentas, como é natural, às mais leves aragens que atravessam a selva do capitalismo selvagem onde estamos mergulhados.

O turismo de natureza e o turismo rural são já um sintoma e antevisão desta vaga, ainda tímida e intelectualizada, de pessoas que se querem mudar para o interior e que o farão seguramente, amanhã ou durante os próximos dez anos. Começam por se deslocar nos fins-de-semana, depois passam a ter uma casa secundária e, tal como já aconteceu noutros países europeus, transformam este refúgio em habitação principal. Com as rápidas vias de acesso e as possibilidades crescentes de aceder a um teletrabalho, o jovem quadro ou o livre profissional pode viver com mais qualidade em zonas do interior e manter-se ligado, quanto baste, à grande cidade. Este fenómeno, certamente imparável, obriga-nos por outro

lado a tomar necessárias medidas de prevenção em defesa das áreas rurais mais sensíveis.

A nossa experiência de vinte anos em Mértola, de uma simples intervenção arqueológica e sem qualquer plano estratégico a longo termo, foi-se transformando num projecto social integrado. A isso fomos obrigados pelas circunstâncias do terreno social e pela nossa clara postura política de comprometimento com os mais desfavorecidos na consolidação dos poderes autárquicos.

Queríamos fazer investigação científica fora dos laboratórios assépticos da ciência, mergulhando directamente as mãos no terreno desconhecido da arqueologia islâmica, numa época em que qualquer actividade de investigação era considerada apanágio dos instituídos da especialidade e sobretudo quando a escavação arqueológica era apenas actividade de férias ou fins de semana. Com muito pouco ou nenhum apoio institucional e apenas com a boa vontade dos poderes locais, tivemos de encarar muito cedo a necessidade de exigir para nós próprios a máxima qualidade científica de forma a poder concorrer com êxito a projectos de financiamento até então dirigidos apenas ao mundo universitário.

Por outro lado, querendo justificar ante a comunidade local os gastos da autarquia e procurando em simultâneo uma necessária sustentabilidade à instalação definitiva de uma alargada equipa de técnicos, tivemos de aprender a montar áreas expositivas para mostrar os resultados do nosso trabalho. Começou a surgir o museu polinuclear de Mértola, distribuído por espaços pedagogicamente preparados, insistindo na mesma qualidade que tínhamos imprimido às publicações científicas. Esta qualificada operação museográfica gerou entre a população um sentimento generalizado de orgulho pela sua terra e de auto-estima e teve, por outro lado, como efeito esperado, o aumento exponencial de visitantes atraídos pela novidade das informações histórico-arqueológicas apresentadas e também pela excelência e interacção inovadora de todo o projecto.

Um pequeno povoado sem qualquer actividade produtiva desde o encerramento das minas de S. Domingos e a paralização completa da navegação fluvial que durante muitos séculos foi a sua razão de ser, começou a sofrer inesperadamente um grande afluxo de visitantes por causa, sobretudo, do seu museu. Temos hoje mais de 20 mil turistas por ano e tudo mudou devido a este novo interesse. Eram inexistentes alojamentos turísticos, havia um único restaurante e os viajantes sazonais do Algarve paravam apenas, apressadamente, para matar a sede. Temos

hoje em Mértola algumas dezenas de bons alojamentos e mais de uma dúzia de restaurantes, e a população começou a sentir que afinal esta coisa da arqueologia e dos museus pode mesmo trazer benefícios a toda a gente.

Em Mértola é actualmente visitável uma dezena de núcleos museológicos espalhados pela vila e, em função de novas descobertas ou iniciativas, vão sendo abertos outros espaços-museu.

Para poder visitar todos estes núcleos dispersos ou percorrer os vários itinerários temáticos sinalizados nos arredores - entre os quais podemos referir o Ciclo do Pão, com visita a uma exposição temática em S. Miguel do Pinheiro onde também foram recuperados uma azenha e um moinho de vento - o turista interessado vê-se na contingência de consumir várias refeições e de pernoitar pelo menos uma vez.

Em coordenação com os serviços técnicos da Câmara Municipal, tem sido aconselhada e mesmo incentivada a recuperação de algumas casas de habitação prevendo a disponibilidade de algumas dormidas para alojar turistas e conferindo a estes espaços, de forte e simpática personalidade, todos os requisitos da comodidade moderna. O recurso à grande hotelaria, não é, do nosso ponto de vista, a melhor solução para o tipo de turismo que pensamos desejável na nossa vila. Por duas razões principais: Primeiro porque a hotelaria hoje dominante, integrada quase sempre em cadeias nacionais ou trans-nacionais, com interesses sazonais alheios à região, impõe ritmos e hábitos standardizados por outras bitolas e deslocaliza as mais valias para centros de mais rápida rendibilidade. Em segundo lugar, a apregoada capacidade de emprego destas máquinas hoteleiras, de um modo geral gera apenas frios funcionários subservientes, mais ou menos eficazes e a maior parte das vezes vindos de fora. Ao contrário. o pequeno e médio comércio de turismo que funciona todo o ano necessita, para sobreviver, de pessoas capazes de transmitir os saberes locais e de valorizar as diferenças, necessita de pessoas naturalmente interessadas em defender o seu negócio, mas também motivadas para dignificar culturalmente a sua terra.

O visitante normal de Mértola, mesmo que decida não vêr tudo o que lhe é proposto no programa de visita, senta-se pelo menos uma vez à mesa dos restaurantes. E esse facto pode ser, muitas vezes, decisivo para a qualificação do património local. Será a qualidade dos produtos consumidos e a arte culinária que marca mal ou bem o seu dia. E para que possa haver qualidade de produtos, teria de haver uma produção agrícola local controlada. Hoje, em Mértola, onde é criado um dos melhores borregos do país, a carne vem, infelizmente, do exterior e os legumes e frutas são importados de Almeria, de Lisboa ou do Algarve.

A consolidação deste turismo interior terá de passar por um apoio efectivo à produção local de qualidade, incentivando a cooperação agrícola e formas biológicas de amanho da terra, papel que no futuro será certamente da responsabilidade de Parques Naturais regionais. O consumo destes produtos certificados está assegurado por esta espécie nova de turista do interior disposto a pagar a iguaria e o gesto cultural que a gerou e lhe serve de embalagem.

Quem procura o sol e a praia é um turista que em Mértola não abandona o ar condicionado da sua viatura. Quem nos procura vem especialmente pelos museus. E esse visitante é, naturalmente, o mais desejado, não só porque ao permanecer mais tempo, deixa ficar mais dinheiro nos restaurantes e pensões, como também, pelo facto de ser uma pessoa mais bem informada e culta, que traz consigo outros gostos e saberes e é capaz de entrar em diálogo. É uma das formas de intercâmbio cultural que mais nos tem favorecido.

O turismo cultural de interior, para ser sustentado, tem de ter dois tipos de beneficiários: Por um lado, o próprio turista para quem foi montada toda esta complexa rede de serviços e que paga o direito de se deslocar, de comer bem e de dormir melhor onde muito bem lhe apraz. Por outro, o habitante, o camponês, o “indígena”, gestor do ambiente, detentor de muitos saberes, criador de monumentos e paisagens, que, finalmente, deve ser também actor principal e razão de ser deste tipo de turismo.

Para concluir, não quero deixar de referir dois casos recentes que têm agitado os sectores do turismo e que podem servir de exemplo a futuras intervenções:

O caso do Alqueva e o que parece congeminar-se para o seu programa de irrigações, merece umas considerações directamente relacionadas com o seu previsível impacto no futuro turístico de todo o Alentejo.

No seu programa de fins múltiplos inicialmente anunciado, haveria para o Alqueva um complexo programa onde se incluíam, entre outras acções, uns milhares de hectares de regadio que permitiria fixar populações e desenvolver o interior. Este facto, e só ele, levou a que o apoio à barragem fosse praticamente unânime, mesmo sabendo todos nós do inevitável sacrifício de um importante património natural e cultural. O sacrifício seria compensado com os benefícios de uma nova agricultura de regadio, controlada ecologicamente, inovadora, capaz de garantir uma mais justa divisão da propriedade e principalmente, garantir uma fixação e mesmo regresso dos seus habitantes. O programa era também aliciante nas

possibilidades de experimentação de novas tecnologias biológicas, de novos métodos de certificação e de comercialização. Precisamente em relação ao turismo, necessário e desejável, antevia-se uma lógica complementaridade entre uma policultura limpa e garantida que iria requalificar e enriquecer as naturais exigências gastronómicas dos novos visitantes. Uma garantida qualidade e variedade horto-frutícola estendida a uma produção de carnes limpas poderia transformar esta zona deprimida num alfobre pedagógico, num campo experimental de desenvolvimento sustentado.

Nos últimos tempos, porém, consta cada vez mais insistentemente que, devido a um desleixado descontrolo da posse e utilização da terra, um turismo selvagem, na sua ganância de rendimentos imediatos, parece estar a sobrepor-se a tudo e a todos. Naturalmente que pode e deve haver também zonas de lazer e mesmo até, porque não, campos de golfe. Porém, como em tudo, impõe-se coragem para defender a justiça e o equilíbrio deste imenso território e dos seus habitantes.

Tal como o Alqueva pode ser uma oportunidade perdida para o próprio turismo, assim o Arraial Ferreira Neto nas praias de Tavira, foi o caso exemplar, já consumado infelizmente, do que, neste sector, não deve ser feito. Na contestação inicial e pública a este projecto, foram referidos possíveis erros de intervenção num edifício historicamente relevante, foram apontadas as consequências nefastas para o património ambiental provocadas pela previsível concentração de viaturas e veraneantes numa área ecologicamente sensível. Esta contestação, outros a fizeram convincentemente, provando que tinham sido violados princípios de equilíbrio ambiental e de bom gosto arquitectónico. O que, porém, considero mais grave, e insisto em afirmá-lo, é que esta operação de grande marketing e muito dinheiro, foi um erro imperdoável de programa turístico e não tanto de arquitectura ou de ambiente. Num momento de viragem nas estratégias de turismo, num momento em que a inteligência e a imaginação procuram e encontram alternativas à concentração massificadora sobre as praias, os nossos empresários apostam em mais um enorme complexo igual a dezenas ou centenas de outros que atravancam o nosso litoral. Muito antes do que se possa imaginar, estas intervenções sobredimensionadas vão desencadear um fenómeno generalizado de repulsa com graves consequências precisamente na indústria do sol e praia, ainda considerada como a grande panaceia e exclusiva galinha dos ovos de ouro do nosso turismo.

Este um dos motivos porque não devia ter sido feito.

O outro é mais sombrio, porque irreversível e denunciador da nossa incapacidade de inovar num terreno onde a concorrência é naturalmente mais agressiva. O Arraial Ferreira Neto era o último complexo de pesca do atum da costa portuguesa. A sua transformação em zona turística, poderia ter servido de modelo para requalificar a actividade pesqueira algarvia com a respectiva gastronomia, revalorizando o acto cultural da pesca de cerco com uma recuperação real dos artefactos, dos gestos e das funções. Barcos tradicionais poderiam voltar ao mar, podia ser praticada didacticamente esta espantosa e única operação de captura, mostrando a diferença em relação aos arrastões japoneses que continuam a actuar ao largo da costa. Ao contrário da triste e bem intencionada sala-museu que pretende fixar a memória do sítio, teria sido um caso exemplar de criatividade e inovação, de fuga à massificação, requalificando o próprio turista e dignificando uma actividade definidora do nosso património marítimo. Mesmo não retirando tão chorudos rendimentos como certamente hoje acontece, não tenhamos dúvidas que a médio termo, os empresários que apostassem nesta operação só viriam a ganhar com uma menor, embora mais qualificada, carga turística.

Creio que ninguém duvida que a pesca e o bom peixe, tal como uma agricultura limpa, vão continuar no futuro a ser decisivos para a sobrevivência do homem e, portanto, por mais razões, matéria indissociável do próprio turismo que pretendemos seja cultural.

A qualidade e variedade da alimentação, nomeadamente a defesa dos saberes e sabores tradicionais, um património cultural altamente valorizado, uma paisagem onde foi salvaguardada a biodiversidade, vão continuar a ser a chave de um outro turismo, inteligente e sustentável.